

Sobre a crítica dialética de *O Capital*: uma anticrítica

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA*

1. Introdução: *O Capital*; crítica da economia política ou teoria programática?

Marx aprovou a iniciativa do cidadão Maurice La Châtre de publicar *O Capital* em fascículos. Entretanto, sua aprovação não se fez sem reserva. Ele temia que o público francês abandonasse a leitura logo nos primeiros capítulos. Por quê? Por conta do método que ele utilizou e que até então não havia sido aplicado à economia. Por isso, receava que o leitor, sempre impaciente em chegar logo às conclusões, viesse a desanimar em prosseguir a leitura, pois tudo não se encontra logo no começo. Com mais razão ainda, se se considerar que o método dialético de exposição exige um longo trabalho de mediação categorial, em que cada categoria deve aparecer numa ordem lógico-necessária que traduza sua posição hierárquica no interior da racionalidade do real. É um trabalho penoso e fatigante porque seu resultado só aparece ao fim de um longo processo de mediação conceitual, que não pode ser atropelado, sob pena de não se poder apreender o real na sua verdadeira concretude. Não é por acaso o desabafo de Marx no prefácio da edição francesa, ao confessar que “(...) não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos”.

Se em sua época Marx temia pela sorte d’*O Capital*, imagine o que esperar de um tempo em que a computação e a automação tornaram disponível uma massa incomensurável de informações, que um simples folhear um catálogo de difusão científica, ou uma visita aos *sites* da

* Economista, professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e Técnico do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho — IDT.

Internet, causa o que Alfredo Bosi chamou de *depressão cognitiva*. É a era da informatização que, disponibilizando *um sem número* de matérias e assuntos, deixa qualquer leitor perdido num mundo babilônico de *jogos de linguagem*. Um mundo onde todo e qualquer indivíduo, para não viver à toa, deve procurar abrigo nas trincheiras do seu campo de saber.¹ Aí, com seus pares, regozijam-se com o que é possível conhecer e aprender para se comunicar nos seus guetos culturais.

Não por menos há quem renuncie, declaradamente, a encontrar quem leia o que escreve sem pressa e do começo ao fim. É o que pensa Giannetti no seu livro sobre a ética na *Riqueza das nações*. Como muitos, esse autor aceita o discurso dessa consciência pragmática,² defensora de um *saber em migalhas*, e que recusa conhecer a *conexão interna* dos fenômenos e questões que demandam respostas transcendentais à atomização dos saberes especializados. Se é certo que a verdade está no todo, renunciar conhecê-lo é deixar-se cair prisioneiro de uma *práxis* fetichizada, que transforma o homem em cativo de um mundo já realizado e fora do tempo: sem devir.

Navegando contra essa forma de saber, habitado por concepções relativistas de pensar e por um ceticismo que chega a beirar as raias do niilismo, vem a público, no ano de 1995, *Pensando com Marx*.³ Seu objetivo se inscreve dentro do esforço, por muitos já realizados, de buscar tematizar *O Capital* à luz de sua estrutura sistêmico-categorial de articulação de inteligibilidade do real. Convenha-se, trata-se de um esforço que hoje, mais do que nunca, corre o risco antes receado por Marx: não encontrar leitores dispostos a fazer uma leitura completa do texto, como assim exige a natureza do seu método.

1. Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras. 1992, p. 352: “Um engenheiro de produção assaz renomado entre seus pares dizia-me com o desprazer cândido dos néscios que a psicanálise é a última superstição do século XIX, opinião confortada por uma doutora em comportamento de ratos engaiolados, a qual asseverava que Freud escreveu contos para babás ansiosas. Noutro canto (era uma festa acadêmica), uma sisuda titular em semiótica lançava do alto dos seus sememas uma anátema contra as ciências exatas que, ao seu ver, não passariam de hábeis arranjos binários. Mais de um jornalista mal egresso da sua pós-graduação decretava o inglório passamento de Hegel e Marx atribuindo a *causa mortis* de ambos a golpe de automação. Em geral, uns e outros abonavam-se com citações de um autor japonês tido por genial que já constataria o fim da história, o óbito das ideologias e a entrada na era pós-utópica”.

2. Eduardo Giannetti Fonseca, *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993, p. 15: “A grande utopia de quem escreve um livro é encontrar alguém que o leia sem pressa e do começo ao fim. Na prática, é claro, isso raramente acontece. E é perfeitamente compreensível que seja assim: as possibilidades de acesso à informação se multiplicam de forma vertiginosa, nossa capacidade de assimilá-las é limitada e o valor do tempo a tornar-se, como consequência, cada vez maior. Tomo a liberdade, portanto, de oferecer ao leitor roteiros alternativos de leitura desse livro”.

3. Francisco José Soares Teixeira, *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo, Ensaio. 1995.

Esse risco, temido por seu autor e editor, não desanimou o primeiro a buscar interlocutores dispostos a discutir seu trabalho. Palestras e encontros sucederam-se numa escalada, que chegou a surpreender seu autor. Isso, entretanto, não impediu que a frustração cedo viesse fazer-lhe companhia: poucos, ou quase ninguém, haviam lido o livro na sua inteireza, apesar do grande volume de vendas realizadas no primeiro ano de sua publicação.

Esperar que o grande público acadêmico lesse *Pensado com Marx*, como exige o seu método, era um sonho de quem pela primeira vez vinha a público com seu trabalho; principalmente, se se considerar os imperativos de uma época dominada pela razão pós-moderna.

Mas nem tudo foi desilusão. Em 1996, um ano depois, a revista *Crítica Marxista* publica uma resenha do livro. Seu autor, Mário Lima,⁴ que ainda acredita que nem tudo está perdido, e que sabe que em toda corrente de mudanças há sempre uma dose de continuidade, fez uma leitura dialética do texto na perspectiva de que *tudo não se encontra logo no começo*.

As coisas não pararam por aí. Em novembro de 1996, o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — Unicamp, na pessoa do professor Armando Boito, convida este autor para discutir seu livro. Para debatedor, é indicado o professor Hector Benoit, que, partindo de uma interpretação político-revolucionária de *O Capital*, centra sua crítica em dois pontos básicos: (1) o conteúdo a-histórico de *Pensando com Marx* e (2) e a ausência da luta de classes, por conta não só do economicismo do livro, como assim julga, como também devido ao seu caráter ontológico-gnosiológico.

Essas duas críticas são a base sobre a qual deverá ser conduzido, na terceira parte deste texto, o diálogo com o trabalho do professor Benoit. Enquanto não se chega lá, julgou-se necessário antecipar as premissas teóricas desse debate.

Começando pela primeira das duas críticas, até que ponto é certo afirmar que *Pensando com Marx* transforma *O Capital* numa representação a-histórica das leis que governam o modo capitalista de produção? A resposta só pode ser negativa, pois *Pensando com Marx* assume, desde o princípio, que o conteúdo de investigação de *O Capital* é um objeto historicamente determinado, e que, por isso, suas determinações são formas históricas, modos de ser de uma *determinada realidade social*. Uma coisa é fazer uma análise da gênese histórica de um objeto historicamente dado;

4. Ver Mário José Lima, "A organização temática de *Pensando com Marx*". *Crítica Marxista*. São Paulo, Brasiliense. Vol. 1. Núm. 3. 1996: diz Lima, "(...) persegue as metamorfoses do trabalho até a proeminência do trabalho abstrato. Segue, portanto, a trajetória de Marx, principalmente em *O Capital*, evoluindo das categorias mais simples até níveis menos elevados de abstração, quando examina as questões próprias das relações concorrências, campo de movimento dos capitais ou da pluralidade dos capitais"; (Lima, p. 165).

outra é buscar compreender a racionalidade imanente desse objeto. E mais: uma análise da gênese histórica das categorias de *O Capital* não só não está em desacordo com o método de Marx,⁵ como também, admiti-la, é cair em certas aporias, que impossibilitam conhecer a relação entre aparência e essência do modo capitalista de produção e, em consequência, como o processo de acumulação de capital converte as leis de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. Sem compreender essa conversão, que se espera demonstrá-la na segunda parte deste texto, não há como fundamentar cientificamente a consciência de classe e, conseqüentemente, a necessidade da luta de classes.

Mas, por que uma análise da gênese histórica das categorias não permite apreender a relação entre aparência e essência do sistema? A resposta é muito simples: o movimento de exposição das categorias não segue a ordem em que elas aparecem na história, mas sim, sua *posição hierárquica no interior do movimento de valorização do capital*.⁶ Por isso, as leituras,⁷ que tomam a circulação simples como expressão de uma sociedade mercantil simples, cujo desenvolvimento histórico teve como resultado a formação e a constituição da sociedade capitalista, não têm como pensar a relação entre aparência e essência, enquanto momentos constitutivos de uma única e mesma realidade. De fato, não há como pensar, no plano lógico-expositivo, a passagem de uma sociedade que tem como finalidade a produção de valores de uso, para uma outra que tem como objetivo a valorização do valor. Entre uma e outra não há passagem, mas, sim, ruptura. Para sair dessa aporia, só admitindo, como fizeram as teorias do contrato social e a economia política clássica,⁸ que a circulação simples é uma hipótese de alcance meramente epistemológico, que serve para demonstrar a forma de produção compatível com sistema capitalista. Mas, aí, cairia por terra o método dialético de exposição de *O Capital*.

Quanto à segunda crítica, num certo sentido, e somente num certo sentido, não se pode deixar de dar razão ao professor Benoit, quando

5. Ver *Pensando com Marx*, especialmente p. 80/94.

6. Karl Marx, *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural. 1982, p. 19: "Seria (...) impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa. (...) Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa".

7. Ver a este respeito Ernest Mandel, *Tratado de economia marxista*. México, Ediciones Era. 1969. Ver também Paul Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo, Nova Cultural. 1986. Diferente desses dois autores, Mário Possas toma a circulação simples como hipótese para representar uma economia mercantil simples no interior da qual Marx funda o conceito de valor (ver *Pensando com Marx*, cap. 7).

8. Francisco José Soares Teixeira, *Economia e filosofia no pensamento político moderno*. Campinas, Pontes; Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará. 1995, p. 134/164.

afirma que a luta de classes está ausente na interpretação que *Pensando com Marx* faz de *O Capital*. Realmente, *Pensando com Marx* entende que *O Capital* é, fundamentalmente, uma exposição dialética do movimento das categorias como movimento autocontraditório do capital. Não é, como assim entende o professor Benoit, uma exposição das classes em luta, como será demonstrado na segunda parte deste texto.

Enquanto não se chega lá, adiante-se que a exposição categorial de *O Capital* começa pela apresentação das formas imediatas de existência do capital: mercadoria e dinheiro, que são as determinações constitutivas da esfera da circulação simples. Nessa esfera, a troca de mercadoria por dinheiro ou de dinheiro por mercadoria aparece como uma troca de equivalentes, visto que a mercadoria, enquanto valor, somente representa trabalho objetivado. Sendo assim, qualquer possuidor de mercadoria só pode apropriar-se da mercadoria alheia, portanto do trabalho alheio, mediante a alienação de sua própria mercadoria, na qual está incorporado o trabalho que despendeu para produzi-la. Por isso, o trabalho aparece como modo original de apropriação e, assim, como título jurídico da propriedade. Não é sem razão que a economia vulgar se refugia na esfera da circulação simples para defender a idéia de que a sociedade capitalista é o reino da liberdade, pois as transações são voluntárias; da igualdade, posto que o intercâmbio de mercadorias exige que essas sejam postas como valores iguais.

Acontece que a mercadoria e o dinheiro são formas de existência do capital. Sendo assim, já no simples intercâmbio dos valores de troca encontra-se latente a antítese entre trabalho e capital. O desenvolvimento dessa antítese, que exige um longo processo de mediação, transforma as determinações da circulação simples em seus contrários diretos: a liberdade, que era ponto de partida da exposição, se converte em não-liberdade, pois o indivíduo só existe enquanto produtor de valores de troca, o que implica, como diz Marx nos *Grundrisse*, a negação absoluta de sua existência natural; a igualdade, em não-igualdade, porque a troca entre capital e trabalho transforma a troca de equivalentes em uma troca de não-equivalentes; a propriedade, em não-propriedade, posto que essa aparece, do lado do capitalista, como direito de se apropriar gratuitamente do trabalho alheio não-pago. Assim, Marx destrói a pseudoconcreticidade da circulação simples, da aparência do sistema. Em conseqüência, caem por terra todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade e todas as falsas concepções da economia vulgar.

Diante disso, não há como negar que a exposição do movimento autocontraditório do capital é, na verdade, uma crítica demolidora dos valores e representações da sociedade capitalista. E o que é mais importante: o

método de exposição de *O Capital*, na medida em que é crítica da realidade capitalista, crítica do *modus operandi* do capitalismo, possibilita derivar as categorias fundamentais da teoria política, da teoria das classes e do Estado. Como apropriadamente compreendeu Marramao,⁹ a crítica da economia política “(...) constitui o ponto de partida obrigatório para a fundação científica da consciência de classe”, e, assim, demonstração da necessidade da luta de classes.

Isso deve ser suficiente para que o leitor possa ter uma compreensão geral do teor do debate que teve lugar no Cemarx, em novembro de 1996. Foi uma introdução longa, não resta dúvida. Entretanto, acredita-se que necessária para que o debate possa ser, agora, acompanhado à luz da discussão dos dois textos, que serviram de base para aquele encontro: “Pensando com Marx” e “Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*”, publicado pela revista *Crítica Marxista*, número 3, 1996.

Só mais uma coisa: antes de estabelecer um diálogo direto com o texto do professor Benoit, achou-se por bem expor como *Pensando com Marx* entende o que seja a representação científica de *O Capital*. É com base nesta exposição que será julgado o texto “Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*”.

2. Dialética da conversão das leis de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista

No posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx chama a atenção de seus leitores para a necessidade de distinguir o *método de exposição* do *método de pesquisa*. Cabe a este último, diz ele, “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão interna”. Só depois de concluído esse trabalho analítico, conclui Marx, “é que se pode expor adequadamente o movimento do real”.

Por que Marx achou necessário distinguir esses dois métodos? Por duas razões: Em primeiro lugar, para dar conhecimento ao público de que *O Capital* é, essencialmente, a exposição dos resultados do trabalho de pesquisa. Portanto, na exposição, o objeto pensado não está presente, mas, sim, pressuposto. Por isso, Marx vê-se obrigado a lembrar o leitor para não tomar a exposição das determinações do objeto como sendo produto do pensamento que pensa separado e acima da intuição e da representação. Ao contrário do que se poderia imaginar, adverte Marx, a apresentação do *movimento do real* não é uma criação do conceito, mas tão-somente sua transposição e tradução na cabeça do homem. O objeto

9. Giacomo Marramao. *O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte, Oficina de Livros. 1990, p. 148.

deve figurar sempre na exposição como pressuposição, que subsiste em sua autonomia fora do pensar.¹⁰

Mas, de que real Marx está falando? Do ser em geral ou de um objeto historicamente determinado? E mais: de que modo deve proceder o pensamento para expor as determinações desse real pensado?

Nada melhor do que deixar ao próprio Marx a tarefa de responder essas questões. N' *O método da economia política*, ele esclarece que seria (...) impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada (...) pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade (...). Trata-se de sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.¹¹

Aí está a resposta às questões antes formuladas: o objeto de pesquisa de Marx é um objeto historicamente determinado — o modo de produção capitalista. Mais do que isso, as determinações desse objeto devem ser expostas de tal maneira que reproduzam a sua *hierarquia* dentro da moderna sociedade burguesa. Noutras palavras, as categorias devem ser apresentadas numa ordem lógico-necessária que reproduza o seu lugar dentro da dinâmica do processo de acumulação de capital.¹² É o que se pode observar quando se tem presente a exposição da teoria da circulação simples, enquanto aparência (momento) do modo de produção capitalista. Aí, como se sabe, Marx começa com a categoria mais simples: a

10. Karl Marx, *Para a crítica da economia política*. *Op. cit.*; p. 14. "Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto".

11. *Idem, ibidem*; p. 19. (Grifos FJST).

12. (*Idem, ibidem*; p. 18/9) A esse respeito é muito esclarecedor o que Marx diz sobre a apresentação da renda da terra. Nada pareceria mais natural do que começar a investigação da sociedade burguesa com a apresentação dessa teoria, visto que a terra é a fonte de toda produção. Nada seria mais errado, diz Marx. Na sociedade burguesa, "a agricultura transformase mais e mais em simples ramos da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa acontece com a renda da terra. Em todas as formas que domina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é ainda preponderante. Naquelas em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido antes da propriedade da terra".

mercadoria. Entretanto, ele poderia ter começado a exposição com o dinheiro,¹³ visto que essa categoria também pertence à aparência imediata do sistema. Se é assim, por que, então, a mercadoria, e não o dinheiro, deve ser o ponto de partida da exposição? Porque o dinheiro é algo mais complexo do que a mercadoria.¹⁴ É o que se pode deduzir a partir da dialética interna do processo de troca. Depois de mostrar que o processo de troca não pode ser simultaneamente um processo individual e, ao mesmo tempo, genericamente social,¹⁵ Marx descobre que

para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria; sua mercadoria, portanto, como equivalente geral de todas as outras mercadorias. Mas como todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente geral e por isso as mercadorias não possuem nenhuma forma valor geral relativa, na qual elas possam equiparar-se como valores e comparar-se como grandeza de valor.¹⁶

13. Francisco José Soares Teixeira, *Pensando com Marx*, p. 86/89. “Por que Marx não parte logo do dinheiro? Primeiro, porque a apresentação marxiana do conceito exige mediações que não podem deixar de ser explicitadas ao longo de sua construção; segundo, e o que é mais importante, na ausência dessas mediações, cai-se, inevitavelmente, no erro de considerar o dinheiro como algo natural e eterno; cai-se no fetichismo do dinheiro. Sem isso, não se pode superar as dificuldades que o conceito de dinheiro envolve. É o próprio Marx que chama a atenção para esse aspecto, quando diz que *a dificuldade do conceito da forma dinheiro se limita à compreensão da forma equivalente geral, portanto, da forma valor geral como tal, da forma III. A forma III se resolve, retroativamente, na forma II, a forma valor desdobrada e seu elemento constitutivo é a forma: 20 varas de linho = 1 casaco, ou x mercadoria A = y mercadoria B. A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro*”.

14. Ruy Fausto, *Marx: lógica e política*. São Paulo, Brasiliense. 1983. Tomo I, p. 144/145. “Marx escolheu as mercadorias e não o dinheiro como ponto de partida, e aquém das mercadorias, ele escolheu a mercadoria individual. Por que ele não começou pelo dinheiro? [...]. Por enquanto, observamos que o que pressupõe o início de *O Capital* no que se refere ao dinheiro (na medida em que é possível precisar tal pressuposição) é menos do que isto. A pressuposição é antes a de que o dinheiro aparece como algo mais complexo do que a mercadoria. Com efeito, no plano da experiência imediata, o dinheiro — o dinheiro metálico — se apresenta como um objeto que tem algo semelhante à mercadoria, mas ao mesmo tempo como diferente dela, pois precisamente ele se apresenta como moeda e não como mercadoria. Sendo dinheiro, uma moeda de ouro é, ao mesmo tempo, um objeto de ouro, como um objeto útil qualquer. Menos do que isso: mesmo se ela não se confunde com uma mercadoria, uma moeda de ouro se revela como um fundo de mercadoria. Essa aparência de não ser simplesmente mercadoria, mas algo mais do que uma mercadoria, é suficiente para que o dinheiro seja excluído como ponto de partida”.

15. Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural, 1985. Livro I, vol. I, p. 80. “Cada possuidor de mercadoria quer alienar sua mercadoria por outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça à sua necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto valor, em qualquer outra mercadoria que o agrade do mesmo valor, quer a sua mercadoria tenha ou não valor de uso para o possuidor da outra. Nessa medida, a troca é para ele um processo genericamente social. Mas o mesmo processo não pode ser simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias apenas individual e, ao mesmo tempo, apenas genericamente social”.

16. *Idem, ibidem*; p. 80.

Vê-se, então, que a troca de mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. Essas relações contraditórias não se anulam mutuamente. Ao contrário, tais relações são conciliadas e desenvolvidas num plano mais alto, mais concreto, através de uma síntese.¹⁷ Esta síntese é o dinheiro que, surgindo do mundo das mercadorias como um valor de troca particular, transforma-se no representante universal de todos os valores de troca. Assim, como diz Marx nos *Grundrisse*, “o dinheiro se converte em uma mercadoria como as outras e ao mesmo tempo não é uma mercadoria como as outras”.¹⁸

Como representante universal da riqueza social, o dinheiro é a forma social adequada para o desenvolvimento da contradição entre valor de uso e valor de troca. Mas, essa forma, ela própria, é contraditória, pois acolhe aquela contradição para desenvolvê-la sob novas configurações. Realmente, na qualidade de representante universal da riqueza, o dinheiro tem um poder ilimitado, pois pode ser permutado por qualquer mercadoria, seja ela proveniente do estômago ou da fantasia. Entretanto, toda soma de dinheiro é quantitativamente limitada. Nasce daí uma tensão entre quantidade e qualidade, cujo desdobramento encontra na figura do capital as condições necessárias para se desenvolver e realizar-se. Com efeito, se capital é dinheiro e mercadoria, ele é passagem de uma forma para outra, sem que se perca em nenhuma delas. Esse movimento, em si e por si, é estéril, uma vez que a simples mudança de forma não acresce nenhum átomo de valor. Por isso, a categoria capital exige uma nova categoria — a força de trabalho — como mercadoria especial, cujo consumo, pelo capitalista, restitui o valor por ele adiantado para comprá-la acrescido de uma soma adicional de valor. Daí, surge a categoria mais-valia, de onde brota a valorização do valor ou do capital adiantado pelo capitalista. Mas o capital que o capitalista adianta não se resolve apenas em força de trabalho; parte dele é despendido em mercadorias, tais como máquinas, matérias-primas e outros meios de trabalho. Ora, isso vai exigir que se distingam os diferentes papéis das mercadorias força de trabalho e meios de trabalho no processo de valorização do valor. O estudo desses diferentes papéis na formação do valor-capital exige que essa categoria se desdobre em outras duas: capital variável e capital constante. Uma vez pensada a hierarquia dessas categorias, como se articulam entre si, Marx pensa o

17. *Idem, ibidem*; p. 93. “(...) o processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual as contradições reais se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A eclipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve”.

18. Marx Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse), 1857-1858*. Argentina, Siglo Veintiuno. 1972, vol. I, p. 77.

capital como um movimento cíclico que mostra como ele se origina da mais-valia e é, ao mesmo tempo, fonte de mais-valia. Só aí, então, fica claro como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida a mais-valia e como da mais-valia é produzido capital.¹⁹

Assim, Marx chega ao coração da produção capitalista, que é passagem do mundo fenomenal do sistema para a sua essência; passagem do plano das relações entre os indivíduos para as relações pensadas nas suas conexões internas, que é totalização das relações sociais. Noutras palavras, passagem do nível das relações individuais para o nível das relações entre as classes sociais, o que vai permitir a Marx apreender o processo pelo qual as *leis da produção de mercadorias* — que têm como princípio fundante a troca de equivalentes — se convertem em *leis de apropriação capitalista*, que têm por base a troca de não-equivalentes.²⁰

Como Marx apreende a conversão das leis de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista? Partindo da consciência comum, segundo a qual a propriedade é produto do trabalho individual, de cada pessoa. Se todos são proprietários, o são porque trabalharam para construir sua propriedade. É daí mesmo que parte a economia política clássica para explicar a origem do lucro, que aparece como uma recompensa a um *trabalho passado* realizado pelo capitalista que, renunciando aos prazeres imediatos da vida, pôde acumular seu patrimônio que, agora, pode ser posto a serviço da humanidade para dar trabalho aqueles que dissiparam sua riqueza com os prazeres imediatos da vida.²¹

Partindo desse solo comum que economia política clássica divide com a experiência cotidiana, Marx mostra como a propriedade fundada no trabalho pessoal se converte, mediante a dialética interna do processo de troca, numa não-propriedade, na medida em que resulta da apropriação do trabalho alheio não-pago. Assumindo o pressuposto de que a

19. Francisco José SoaresTeixeira, *Pensando com Marx...*, op. cit., p. 124/125.

20. A conversão das leis de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista está analisada no meu livro *Pensando com Marx*, antes citado e em *Economia e filosofia no pensamento político moderno*, op. cit. A despeito disso, resolvi desenvolver novamente essa matéria, por duas razões básicas: primeira, porque de lá para cá fiz várias alterações na forma de exposição, objetivando tornar esse assunto mais didático. Portanto, os textos não só diferem entre si, como também, este último, aqui apresentado, ganhou maior riqueza de detalhes. Segunda razão: a reapresentação dessa matéria é necessária para estabelecer meu diálogo com o texto de Hector Benoit, analisado mais à frente.

21. “Os homens podem viver juntos em sociedade, com um grau aceitável de segurança, embora não haja nenhum magistrado civil que os proteja da injustiça... Entretanto, a avareza a a ambição dos ricos e, por um lado, a aversão ao trabalho por parte dos pobres, são as paixões que levam a invadir a propriedade (...) adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas”. Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Nova Cultural, vol. II, p. 164.

propriedade privada é produto do trabalho pessoal de cada capitalista, o que acontece se esse patrimônio for utilizado recorrentemente para pagar os salários dos trabalhadores? Ao cabo de certo tempo, todo esse patrimônio se constituirá em trabalho alheio não-pago. É o que mostra Marx através de um exemplo, em que ele imagina que a classe capitalista, depois de muitas gerações de trabalho, acumulou uma riqueza de 1.000 unidades monetárias e que, agora, pode dispor dela para contratar trabalhadores assalariados. Pois bem, qual é o resultado dessa virtude moral dos capitalistas?

Se a mais-valia produzida periodicamente, por exemplo, anualmente, por um capital de 1.000 libras esterlinas, for de 200 libras esterlinas, e se essa mais-valia for consumida todos os anos, é claro que, depois de repetir-se o mesmo processo durante cinco anos, a soma da mais-valia consumida será = 5×200 , ou igual ao valor do capital originalmente adiantado de mil libras esterlinas (...). Ao final de um certo número de anos, o valor do capital que possui é igual à soma da mais-valia apropriada durante o mesmo número de anos, sem equivalente, e a soma do valor consumida por ele é igual ao valor do capital original (...). Não subsiste nenhum átomo de valor de seu antigo capital.²²

Vê-se: ao final do quinto ano, o capitalista consumiu todo o capital original e dispõe ainda da mesma soma de mil libras para reiniciar o mesmo processo a partir do sexto ano... A partir daí, esta soma de que dispõe em nada mais se relaciona com o seu trabalho passado. Trata-se de uma soma de capital totalmente recriada pelo trabalhador, pois o capital original de que ele dispunha foi consumido durante os cinco primeiros anos. A partir de então, os fundos de que ele dispõe para pagar o trabalhador são adiantados por este último. Tudo se passa como se o próprio trabalhador emprestasse ao capitalista o dinheiro com o qual este lhe paga, pois, diz Marx, “(...) é uma parte do produto reproduzido continuamente pelo trabalhador, que refluí constantemente para ele na forma de salário (...). É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio do ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio-ano será pago”.²³

Vê-se, então, que o simples prosseguimento do processo de produção transforma, mais cedo ou mais tarde, todo o capital, qualquer que tenha sido a sua origem, em mais-valia capitalizada. Quando o processo de produção é aprendido da ótica de sua renovação contínua, em que cada ciclo do capital se constitui ponto de partida para um outro, a troca de equivalente se transforma, na realidade, em não-troca. Por conta disso:

22. Marx, Karl. *O Capital ...*, Op. cit., liv. I, vol. II, p. 155.

23. *Idem, ibidem*; p. 154.

O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troca parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quanto de trabalho vivo alheio.²⁴

Isso significa, então, que a produção de mais-valia *anula* o princípio da troca de equivalente? Se a resposta que se espera for positiva, a troca deixará de ser uma relação social, reconhecida por todos os possuidores de mercadorias, para se transformar numa relação fraudulenta ou de pilhagem, em que todos estariam expostos à violência aberta. Além disso, a mais-valia não seria mais concebida teoricamente e, em consequência, Marx não poderia demonstrar a sua teoria da exploração, porque assim não teria como distingui-la do roubo. E mais: tudo isto resultaria na anulação das leis jurídicas e teóricas dos possuidores de mercadorias. Noutras palavras, toda a análise que Marx faz da circulação simples não teria nenhum sentido teórico e prático.

A resposta que se encontra em Marx é muito diferente do que supostamente se poderia esperar. A produção da mais-valia não anula o princípio da troca de equivalente. As leis da produção de mercadorias permanecem válidas a despeito de sua conversão em leis de apropriação capitalista. Nada melhor do que deixar que o próprio Marx o diga. Em suas próprias palavras, esclarece:

por mais longa que seja a seqüência das reproduções periódicas e acumulações precedentes pelas quais tem passado o capital que hoje funciona, este conserva sempre sua virgindade original. Enquanto em cada ato de troca — considerado isoladamente — são mantidas as leis do intercâmbio, o modo de apropriação pode experimentar um revolucionamento total sem que seja afetado, de forma alguma, o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias. Este mesmo direito vigora tanto no início, quando o produto pertence ao produtor e este, trocando equivalente por equivalente, pode enriquecer apenas mediante o seu próprio trabalho, como também no período capitalista, em que a riqueza social em proporção sempre crescente torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se sempre de novo do trabalho não-pago de outros.²⁵

24. *Idem, ibidem*, p. 166.

25. *Idem, ibidem*; p. 169.

Nessa passagem, Marx não poderia ter sido mais claro. A conversão das leis da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista não anula o princípio da troca de equivalentes. A mais-valia é uma relação social, como mostra o trecho citado, que exige tanto a troca de equivalentes como a de não-equivalentes. Só assim, ele pode demonstrar a teoria da exploração e, dessa forma, distingui-la do simples roubo. Mas, como numa mesma relação de exploração podem subsistir dois princípios imediatamente contrários — o de equivalência e o de não-equivalência?

A resposta não é tão difícil. É bastante ter presente que na produção de mercadorias, comprador e vendedor se defrontam como pessoas independentes. Suas transações são atos isolados, em que cada um se reporta ao outro na condição de possuidor de mercadorias e, assim, como indivíduos preocupados unicamente com a realização de seus interesses privados. A cada um não importa se suas relações de compra e venda são mediadas por outros atos de compra e venda. O que importa a cada um é trocar suas *mercadorias por outras de igual valor*. Isso acontece até mesmo quando alguém paga seu comprador para comprar suas mercadorias. É o caso do roubo. Se alguém paga as mercadorias que comprou com o dinheiro roubado de seu vendedor, este último, desde que não saiba quem o roubou, e se vende sua mercadoria por seu real valor, está realizando uma troca de equivalente.

Não é diferente o que se passa com a troca entre capital e trabalho. Para cada ato isolado de compra e venda da força de trabalho vige o princípio da troca de equivalente. Quando o trabalhador vende sua mercadoria força de trabalho, recebendo em troca um equivalente de valor, o consumo dessa mercadoria passa a pertencer ao seu comprador, como qualquer outra mercadoria que sai da circulação para entrar na esfera do consumo. Entretanto, a mais-valia extraída da força de trabalho pode ser reutilizada, como de fato o é, para contratar novos trabalhadores. Mas isso, de modo algum fere o princípio da troca de equivalentes, pois a mais-valia, extraída do consumo da força de trabalho, é propriedade do capitalista. “Ela jamais pertenceu a outro”, diz Marx. E continua:

se a adianta para a produção, ele faz, exclusivamente, como no dia em que pela primeira vez pisou no mercado, adiantamentos de seu próprio fundo. Que desta vez, esse fundo se origine do trabalho não-pago de seus trabalhadores, não altera absolutamente nada da coisa. Se o trabalhador B é ocupado com a mais-valia que o trabalhador produziu, então, primeiro, A forneceu esta mais-valia sem que se tenha deduzido um real do justo preço de sua mercadoria, e, segundo, B não tem absolutamente nada a ver com esse negócio. O que B exige e tem o direito de exigir é que o capitalista lhe pague o valor de sua força de trabalho.²⁶

26. *Idem, ibidem*; p. 168.

Repondo a questão formulada anteriormente: como numa mesma relação de troca podem subsistir dois princípios imediatamente contrários: o de equivalência e o de não-equivalência? A resposta agora se torna clara: o princípio da equivalência vige quando as trocas são apreendidas como atos entre indivíduos; o da não-equivalência, que na verdade é uma não-troca, quando se considera o processo capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação; ou seja, quando se passa do mundo da experiência vivida pelos indivíduos para o das classes sociais. Por conta disto, instaura-se uma contradição entre o mundo da aparência e o da essência do sistema. Porque contraditória, essa relação entre essência e aparência não pode ser abandonada a si própria; ela exige uma forma social para se desenvolver e realizar-se. Esta forma é o Estado. Sua função é zelar e fazer valer, através da lei, o desenvolvimento das relações de troca entre capitalistas e trabalhadores, que se operam através de uma série de contratos jurídicos privados. Enquanto guardião dessas relações de troca, o Estado considera os indivíduos como nômades e, assim, detentores de direitos iguais, porque fundados no princípio da troca de equivalente.

Como essa igualdade se converte numa não-igualdade, o Estado, como o seu guardião, só pode afirmá-la negando a desigualdade das classes.²⁷ Nesse sentido, essa instituição é o exercício da violência de uma classe contra outra. Entretanto, essa violência aparece mistificada sob a forma de contraviolência. Como assim? Ora, o Estado, na condição de guardião da igualdade dos contratantes, tem como função impedir a violação dos contratos. Quaisquer danos impostos por uma das partes à outra é uma transgressão da lei, que precisa ser restabelecida. Para impedir que uma das partes seja lesada pela outra, o Estado, através de seus tribunais, restabelece a lei impondo uma pena ao seu transgressor. Nesse sentido, a violência do Estado contra o transgressor se dá através de e por meio da lei. Trata-se, portanto, de uma violência que é violência legalizada e que, por isso, tem como objetivo corrigir as injustiças cometidas pelos contratantes uns contra os outros. A violência é, portanto, contraviolência, na medida em que esta última se realiza para anular uma violência cometida contra o direito.

Como o Estado só pode garantir a igualdade dos contratantes preservando e reproduzindo a desigualdade estrutural entre as classes, criam-se, assim, as condições para a formação da consciência crítica, da consciência de classe, que deverá abrir caminho para uma práxis transformadora do existente em direção à construção de uma nova forma de sociabilidade: o socialismo.

27. Para ver o desenvolvimento da teoria do Estado a partir do sistema categorial de *O Capital*, ver Ruy Fausto, *op. cit.* Tomo II. Ver também Francisco José Soares Teixeira, *Economia e filosofia no pensamento político moderno, op. cit.* e *O Capital e suas formas de produção de mercadorias: repensando Marx à luz dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo*, tese de livre docência do autor, 1998.

Completa-se, assim, o sistema categorial de articulação de inteligibilidade do objeto de exposição do livro I: as determinações do processo capitalista imediato de produção. São determinações, portanto, de um objeto historicamente determinado, o que revela que todas as *categorias são formas de ser, determinações de existência*, como bem precisa Marx n’*O método da economia política*. Nunca é demais lembrar isso. Com mais razão ainda, se se considerar que o movimento das categorias é um produto do pensar, e que, justamente por isso, poder-se-ia acreditar que se trata de um movimento que é produto do conceito que se engendra em si mesmo. Muito pelo contrário: desde a mais simples contradição entre valor de uso e valor de troca, de onde parte Marx, até chegar à mais-valia, enquanto relação que é troca de equivalentes e, ao mesmo tempo, troca de não-equivalentes, está pressuposta uma determinada população, produzindo em condições historicamente dadas e “(...) também certos tipos de famílias, de comunidade ou Estados”.²⁸

A articulação dessas determinações historicamente determinadas, de modo a reproduzir sua hierarquia no interior da sociedade burguesa, não pode ser senão produto do trabalho de elaboração teórica que transforma intuições e representações em conceitos. Não de uma forma desordenada e casual; mas, sim, de forma que a totalidade resultante desse trabalho espelhe o real na sua racionalidade imanente. Foi isso o que se tentou fazer até então: seguir passo a passo a exposição de Marx, para descobrir o lugar onde cada categoria se insere na apresentação dialética do seu discurso teórico. Nesse percurso, nada é criado, produzido, mas, sim, re-apresentado. Descobrir o lugar que cada categoria se insere numa apresentação dialética não encerra nenhuma idealismo, seja este subjetivista, como o é em Kant, ou objetivista, como quer Hegel.

Quando se desconhece esse trabalho de articulação categorial, da determinação hierárquica de cada categoria no interior da racionalidade do sistema produtor de mercadorias, tem-se como resultado um marxismo do entendimento que se revela estéril e pouco rigoroso.²⁹ É o que acontece com o ativista político, que, geralmente, desconsidera essa exigência do método dialético. As questões imediatas que o apaixonam, levam-no a passar por cima das mediações do conceito e, assim, chegar a conclusões apressadas. É o caso de Rosa Luxemburgo, para quem, no livro I de *O Capital*, todas “(...) as efetivas necessidades teóricas do movimento operário estavam, em suas grandes linhas satisfeitas (...). Por isso, o terceiro livro de *O Capital* permanece até agora, em geral, para o socialismo, um capítulo que não foi lido”.³⁰

28. Karl Marx, *Para a crítica da economia política...*, *op. cit.*, p. 15.

29. Ver Ruy Fausto, *op. cit.*, tomos I e II.

30. Citação extraída de *Pensando com Marx.*, *op. cit.*, p. 36.

Marx certamente não concordaria com Rosa. Diferente desta, para ele a apresentação do conceito de classes no livro I toma estas apenas como classes em inércia; como suporte do movimento do capital. Mais do que isto, nesse livro, as classes são apresentadas apenas parcialmente, pois se tratam apenas das classes ligadas ao processo imediato de produção. Desconsiderar esse fato é tomar a parte [produção] pelo todo, que só pode ser apresentado depois do desenvolvimento das determinações do processo de circulação do capital, expostas no livro II. Mais do que isso, é jogar nos ombros dos trabalhadores ligados à produção a responsabilidade única pela Revolução. Noutras palavras, é reduzir a luta pelo socialismo a uma luta unicamente obreirista.

3. A crítica revolucionária de *O Capital*, segundo Hector Benoit

3.1) A luta de classe da classe operária como limite do capital

Como Rosa Luxemburgo, Benoit acredita que o livro I de *O Capital* é suficiente para mostrar as efetivas necessidades teóricas do movimento operário. Não há no seu texto nenhuma referência aos livros II e III de *O Capital*. Esta ausência leva o autor de “Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*” a reduzir a classe capitalista aos proprietários do capital industrial e a dos trabalhadores assalariados, a dos operários ligados à produção. Ora, a classe dos capitalistas não se resume unicamente aos donos do capital industrial. Além deles, há que se considerar não só o capitalista comercial e o capitalista “a juro”, como também a classe dos proprietários de terra. Oposta à classe dos capitalistas e a dos proprietários de terra, tem-se a classe dos trabalhadores assalariados, que não se resume unicamente aos trabalhadores produtivos. Os trabalhadores do comércio e dos serviços representam um grande segmento no interior dessa classe. E não só isso, há que se considerar ainda as camadas médias e intermediárias, que Marx faz referência no capítulo 52 do livro III.

Reduzir essa complexificação das classes à classe dos capitalistas industriais e a dos trabalhadores da indústria, é passar por cima das diferenças dos interesses das classes e grupos sociais. É considerar que tais diferenças não guardam nenhum papel na formação da consciência de classes e na luta de classes.

Como o que aqui importa é estabelecer um diálogo mais de perto com o texto de Benoit, é-se obrigado a pôr entre parêntese essa questão. Seu registro se fez necessário apenas para lembrar ao leitor que o autor de *Pensando com Marx* considera provisório o resultado da exposição do

livro I de *O Capital*; isso é, que não se pode tirar dessa exposição conclusões definitivas, antes que se complete a apresentação de todo o sistema categorial de articulação e inteligibilidade do capital.

Dirigindo-se, então, ao texto de Benoit, é preciso começar perguntando-lhe qual é a sua tese central. Ninguém melhor do que ele para responder essa questão. Numa passagem em que resume o desenvolvimento do seu trabalho, afirma que:

A violência da luta de classes é o fim do primeiro livro de *O Capital*, fim que, na verdade, é o princípio (*Grund, Arché*), princípio pressuposto no modo de exposição desde o começo. Mas esse princípio está pressuposto no modo de exposição não porque seja um princípio *a priori*, ele está no começo enquanto pressuposto, mas só na medida em que ele está lá objetivamente e historicamente posto enquanto princípio do modo de produção capitalista. *O que faz exatamente o desenvolvimento dialético do modo de exposição foi demonstrar qual é o princípio histórico que está posto sob as contradições do modo de produção capitalista*. Mas, justamente para não cair no dogmatismo do entendimento, primeiramente, colocou o princípio como *pressuposto* (grifo do autor) para através do desenvolvimento realizar sua *ex-posição* (grifo do autor). No entanto, o avançar do começo para o princípio (e isso foi sendo feito a cada desenvolvimento lógico que ganhava determinações históricas), as contradições se desenvolviam e as categorias da economia política burguesa e da economia burguesa eram negadas: a esfera da circulação (paraíso da ilusões) — a produção da mais-valia absoluta e relativa (manifestação da luta de classes) —, reprodução simples, acumulação de capital (transmutação das leis de propriedade e quebra definitiva da troca de equivalentes), acumulação primitiva (separação violenta dos produtores dos meios de produção, violência da luta de classes como princípio do capitalismo, violência como fim e novo princípio, negação da negação: socialismo).³¹

Diferentemente do que entende *Pensando com Marx*, para quem *O Capital* é crítica do *modus operandi* do capitalismo, para Benoit, *O Capital* é exposição da luta de classes. Essa tese ganha cores mais vivas quando ele afirma que a diferença que separa Marx de A. Smith e Ricardo está no fato de o primeiro perceber “a luta da própria classe trabalhadora, de escutar o murmurar das fábricas, de ouvir aquela crítica dramática da própria classe, em suma de apreender teoricamente com a consciência de classe da classe operária”.³²

Tudo se passa como se *O Capital* tivesse sido escrito pela própria classe trabalhadora. Daí porque, para Benoit, esta obra “nada mais é do que a *sistematização teórica da consciência de classe da classe operária*, ou seja a consciência desenvolvida pela e na própria luta de classes”.³³

31. Hector Benoit, *op. cit.*, p. 39. [os grifos, quando não referidos ao autor, são meus]

32. *Idem, ibidem*; p. 42.

33. *Idem, ibidem*; p. 42.

Segue-se daí que o limite do capital não é o próprio capital, como assim entende Marx,³⁴ mas, sim, a própria luta de classe da classe operária. Com isso, o texto de Benoit, talvez inconscientemente, cai no extremismo que nega a importância da crítica da economia política, que traduz o *modus operandi* do sistema, para afirmar a vontade da classe operária, como vontade autonomizada, que transcende todo e qualquer condicionamento imposto pelo capital. Conseqüentemente, porque a ação política não encontra nenhum limite nas relações de produção, no movimento do capital, a luta de classe da classe operária termina por obedecer a exigências derivadas de uma vontade ético-transcendental, que nada deixaria a dever ao imperativo categórico kantiano, que pode desencadear uma série de atos emanados de uma razão prática, que escreve na história o que ela mesma a si prescreveu.

Se é verdade que a racionalidade econômica não impõe limites à ação política, a ciência que fala dessa racionalidade teria pouco ou quase nenhuma utilidade prática para Marx. Com mais razão ainda quando essa ciência é representada pelos economistas burgueses, como Adam Smith e David Ricardo. É o que se pode depreender da seguinte passagem, quando Benoit afirma que “a própria economia política burguesa, apesar de seu misticismo, é, assim, em certo sentido, ciência; mas só na exata medida em que no interior da demência de suas categorias descreve as demais formas objetivas de pensamento que imperam no modo de produção capitalista”.³⁵

Para Benoit, tudo se passa como se Marx nada devesse à economia política burguesa. Perscrutando com mais cuidado o texto do autor de “Sobre a crítica (dialética) de O Capital”, é-se levado a inferir que a relação de Marx com esta ciência teria sido puramente negativa; porque não dizer niilista. Realmente, para Benoit, as categorias dessa ciência, por conta de sua “demência ideológica” e de sua concepção a-histórica das relações sociais, nada podem contribuir para uma ciência da classe operária. E não

34. Quando Marx investiga as contradições interna da lei de tendência de queda da taxa de lucro, capítulo XV, afirma que “a barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés dos meios de produção serem apenas meios para acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento de grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio — desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais — em caráter permanente conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhes correspondem”.

35. *Idem, ibidem*, p. 20.

podem porque sua perspectiva de classe se situa do lado da classe exploradora; não da perspectiva dos explorados. Sem querer negar o mérito e as contribuições do trabalho de Benoit, poder-se-ia perguntar-lhe, a título de curiosidade, por que a economia só é ciência quando serve aos interesses da classe trabalhadora.

Pensando com Marx entende que a relação de Marx com a economia política burguesa é de outra ordem. Entende que se trata de uma relação de reconstrução desta ciência. Melhor explicando: Marx desmonta essa ciência para recompô-la de modo novo, a fim de explorar melhor suas potencialidades. Nesse sentido, é exemplar a reconstrução categorial que ele faz ao longo do livro II, para dar conta das figuras do capital fixo, variável e circulante; categorias estas todas já presentes em A. Smith e Ricardo. Mais do que isto, em *Teorias da mais-valia*, ao se referir ao método ricardiano, Marx afirma que este método

parte da determinação da magnitude do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho e investiga se as demais condições e categorias econômicas contradizem essa determinação ou até onde modificam. À primeira vista percebe-se a legitimidade histórica dessa maneira de proceder, sua necessidade científica. A insuficiência se revela no modo de apresentação (meramente formal) e, ademais, leva a resultados errôneos, porque omite os necessários elos intermediários e procura de imediato provar a congruência entre as categorias econômicas.³⁶

Sem deixar de considerar as carências científicas do método da economia política burguesa, Marx reconhece o valor histórico desse método, quando diz que Ricardo procura descobrir a “contradição econômica entre as classes”, o que lhe valeu, por parte de seus pares, a acusação de ser “o pai do comunismo”.³⁷

Portanto, diferentemente do que entende Benoit, *Pensando com Marx* compreende a relação de Marx com a economia política como uma relação dialética; uma relação de reconstrução. Se se pode falar de uma relação niilista, esta se refere à crítica que Marx dirige à economia vulgar, não à economia política clássica.

3.2) Lógica e história n’O Capital

Para não se deixar enredar no interior da *demência ideológica* das categorias da economia política burguesa, Benoit entende que o método de exposição de *O Capital* é uma apresentação da gênese histórica das categorias econômicas. Na introdução deste texto, mostrou-se que essa perspectiva pode desembocar em certas aporias, que impedem uma compreensão adequada do objeto de investigação de *O Capital*: o *modus*

36. Karl Marx, *Teorias da mais-valia*. São Paulo, Difel. 1980. vol. II; p. 597.

37. *Idem, ibidem*; p. 599.

operandi do sistema capitalista. Não seria demais precisar melhor essa relação entre lógica e história n’*O Capital*.

O caminho mais curto parece ser aquele que mostre o lugar em que se insere a investigação histórica n’*O Capital*. Tudo indica não haver dúvida de que momento Marx lança mão da gênese histórica do modo de produção capitalista é, por excelência, o capítulo XXIV, onde trata da *Assim chamada acumulação primitiva*. Por que aí e não noutra lugar é que se insere a análise propriamente histórica? Com a resposta o próprio Marx, que inicia o primeiro parágrafo desse capítulo resumindo o movimento do capital, isto é, como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida a mais-valia e da mais-valia mais capital; para concluir, em seguida, que todo esse “movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação primitiva (...), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim, seu ponto de partida”.³⁸

Nessa passagem, Marx não poderia ter sido mais claro: ele recorre à análise histórica com a finalidade de romper o *círculo vicioso*, em que se encerra a exposição dialética do movimento do capital. Noutras palavras, a exposição da lógica [da racionalidade] do capital não é suficiente para demonstrar como nasce o capital, pois esse, ao produzir mais-valia, encontra nesta a fonte da produção de mais capital. Este ciclo, que se fecha nele próprio, poderia levar o leitor a pensar que o capital de que dispõem os capitalistas caiu do céu. Para desvelar esse caráter metafísico do capital, Marx lança mão da história para, aí, investigar o processo que deu origem à criação de uma classe de possuidores de dinheiro e mercadorias, de um lado, e, de outro, a formação de uma massa enorme de meros possuidores da própria força de trabalho: a classe operária, que vive da venda dessa mercadoria aos donos do dinheiro e das mercadorias.

Para expor as determinações do movimento que transforma dinheiro em capital e esse em mais dinheiro, Marx pressupõe essa condição histórica: a transformação da força de trabalho em mercadoria. É sobre esse fundo histórico que ele desenvolve as mediações lógicas que se escondem por trás das formas imediatas de existência do capital: mercadoria e dinheiro. Esse fundo histórico está pressuposto em cada passo da exposição do sistema categorial de articulação de inteligibilidade do movimento do capital. Por exemplo, quando Marx realiza, na primeira seção do livro I, a redução do valor de troca ao valor e desse ao seu fundamento: o trabalho abstrato; essa redução é lógica e não histórica. Isso por uma razão muito simples: a exposição das determinações de um objeto historicamente determinado só é possível quando a história já concluiu seu trabalho; isso é, já tornou maduro este objeto para ser pensado

38. Karl Marx, *O Capital...*, *op. cit.*; p. 261.

na sua racionalidade imanente. Portanto, é o resultado desse trabalho da história que deve ser pensado; não o processo de sua gênese. A história, mesmo que de um objeto historicamente determinado, sem o concurso da razão que revele sua racionalidade, não passa de um amontoado de fatos. Não por menos, é que Marx considera a economia burguesa como a chave da economia da Antiguidade, e não o contrário.

Mas, não é isso o que pensa e preocupa Benoit. Para ele, só a análise histórica é capaz de dar conta da racionalidade do objeto. Para isso, basta livrar-se do cárcere analítico das categorias econômicas, diria ele, e mergulhar na história para desvendar o modo de ser das coisas. É o que diz quando argumenta que “para desvelar-se... todo o misticismo (Mystizismus), o caráter fetichista da mercadoria e o segredo que dominam esse mundo e essa ciência (Hector está se referindo à economia política burguesa) é *necessário apenas*, como faz em seguida Marx, deslocar-se para outras formas de produção”.³⁹

Mas, é preciso analisar tudo isso mais devagar. Quando Marx diz, na seção 4 do primeiro capítulo do livro I de *O Capital*, que todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e fantasmagoria que enevoa os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias, desaparece “(...) tão logo nos refugiemos em outras formas de produção”, quando ele diz isso, antes demonstra, por meio da análise lógica de onde provém o caráter enigmático da forma mercadoria. É o que se lê 6 (seis) parágrafos antes desta passagem citada: “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a *análise precedente* já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias”.

Portanto, o desvelamento do caráter fetichista da mercadoria é de natureza lógica e não-histórica. O recurso que Marx adota convidando o leitor para com ele refugiar-se em *outras formas de produção*, historicamente dadas, é muito mais um recurso didático do que uma demonstração.

Isso é muito claro quando se tem presente que o enigma do fetiche do dinheiro é apenas o enigma do fetiche da mercadoria tornado visível e ofuscante. Desvelar o fetiche do dinheiro é desvelar o enigma da forma mercadoria. Para isso, Marx precisou realizar, como o diz com todas as letras, “(...) o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro”, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contido na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro.

A demonstração dessa gênese, como se sabe, consiste em explicitar o *movimento mediador* do dinheiro, que desaparece quando ele é tomado na sua imediatidade e, por isso, não deixa atrás de si

39. Hector Benoit, *op. cit.*; p. 18 [os grifos são meus].

nenhum vestígio.⁴⁰ Explicitar esse movimento mediador, que a Economia Política burguesa não fez e nem poderia fazê-lo, e isto não só por razões ideológicas, mas muito mais por conta das limitações do método analítico, é descobrir no próprio objeto a sua racionalidade imanente, que não pode ser mostrada recorrendo à sua evolução histórica. Essa é a preocupação da seção 3 do primeiro capítulo, onde aí Marx, nem de longe recorre a história, a outras formas pretéritas de produção, para expor aquele movimento mediador.

3.3) ... uma palavra final

A limitação de tempo e espaço obriga que se faça uso da imaginação. O leitor, que pacientemente acompanhou o desenvolvimento do texto até agora, deve estar esperando uma explicação final: a crítica à tese de Hector Benoit não estaria ancorada numa interpretação de *O Capital* que aposta no colapso inevitável do sistema, em oposição à idéia de que o limite do capital está na luta de classe da classe operária? A melhor maneira de responder a essa possível objeção é recorrer a defesa de quem foi acusado de apostar na derrocada inevitável do sistema: Henryk Grossman. Sua resposta, numa carta dirigida a Paul Mattich, em 21 de junho de 1931, explicava que a análise de *O Capital*, como um texto voltado para traduzir o *modus operandi* do capital, como aqui se fez, não significa afirmar que

(...) o capitalismo está destinado ao colapso 'por si mesmo' ou 'de forma automática', como afirmam em polêmica com o que eu digo em meu livro, Hilferding e outros socialistas (Braunthal). O capitalismo pode ser abatido somente através da luta de classe da classe operária. Mas, o que eu queria demonstrar é que a luta de classe não é suficiente por si mesma. Não é suficiente a vontade de abatê-lo. Nas etapas iniciais do crescimento capitalista não é possível que surja nem sequer esta vontade (...). Como marxista dialético sei, obviamente, que os dois lados do processo, os elementos objetivos e subjetivos, têm uma influência recíproca entre si. Não se pode esperar que se dêem primeiro as condições objetivas para depois, e só então, deixar agir as condições subjetivas. Seria uma concepção mecânica insuficiente, com a qual não estou de acordo. Mas, com fins analíticos, devo aplicar o procedimento abstrato que consiste em isolar cada um dos elementos, para aclarar as funções específicas de cada um dos elementos. Lenin fala, freqüentemente, da situação revolucionária que deve se dar objetivamente como premissa para a intervenção vitoriosa e ativa do proletariado. Minha teoria do colapso não procura excluir esta intervenção ativa, mas propõe-se, ao contrário, demonstrar em que condições pode surgir e surge de fato uma situação revolucionária desse tipo, de forma objetiva.⁴¹

40. Veja a segunda parte deste texto, onde aí se demonstra como Marx deriva o dinheiro da contradição entre valor de uso e de troca da mercadoria.

41. H. Grossmann, citado por Maramao, Giacomo; *op. cit.*; p. 146.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Sobre a crítica dialética de O Capital: uma anticrítica. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.93-114.

Palavras-chave: Crítica dialética; O Capital; Economia política.